



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

1. Informações Básicas

1.1. Processo Digital nº 1972/2026

1.2. Objeto

Aquisição de mobiliário escolar, compreendendo o **Conjunto Coletivo Tamanho 01 (CJC-01)** destinados ao atendimento das necessidades das unidades educacionais da rede pública.

2. Designação da Equipe de Elaboração

Servidor: Alan Luiz Griebeler

Designação: Secretaria Municipal de Administração e Finanças

3. Fundamentação Legal

A presente contratação fundamenta-se:

- **Lei Federal nº 14.133/2021** – Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
- **Decreto Municipal nº 95/2023** – Elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares – ETP.
- **Decreto Municipal nº 96/2023** – Procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços.
- **Decreto Municipal nº 107/2023** – Regulamenta, no âmbito municipal, as sanções administrativas.
- **Decreto Municipal nº 91/2023** – Funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, da atuação da advocacia pública e do controle interno nas licitações e contratações, no âmbito da administração pública municipal.
- **Portaria Municipal nº 030/2025**– Nomeação de fiscais e gestores.
- **Lei Municipal nº 1229/2025** - Institui a Política Municipal de Compras Públicas do Município de Sulina e institui o “**Programa Compras Municipais**”, para fins de operacionalização da referida Política Municipal.
- **Decreto Municipal nº 98/2025** - Regulamenta o “Programa Compras Municipais”, referente a Política Municipal de Compras Públicas do Município





de Sulina e dispõe sobre a elaboração e divulgação do Plano de Contratações Anual, para fins de concretização do referido programa.

4. Descrição da Necessidade e Justificativa

A presente contratação tem por finalidade suprir a demanda do Município por mobiliário escolar adequado, visando a aquisição de conjuntos escolares dos tipos CJC-01 (conjunto coletivo infantil), destinados ao atendimento das unidades da rede municipal de ensino.

A necessidade decorre da verificação, pelas equipes gestoras e pedagógicas, de que parte do mobiliário atualmente em uso encontra-se desgastado, fora dos padrões ergonômicos recomendados ou insuficiente para atender à atual demanda de alunos matriculados, especialmente na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. Tal situação compromete diretamente o conforto, a segurança e o adequado desenvolvimento das atividades pedagógicas.

Além disso, observa-se a ampliação e readequação de espaços escolares, incluindo salas de aula e ambientes de uso coletivo, o que exige a disponibilização de mobiliário padronizado, resistente e adequado às diferentes faixas etárias atendidas.

A definição dos conjuntos CJC-01 está alinhada às diretrizes e padrões técnicos estabelecidos pelo FNDE, especialmente no âmbito das ações do Programa Proinfância e das aquisições nacionais de mobiliário escolar, que visam garantir qualidade, segurança, ergonomia e padronização dos itens utilizados nas redes públicas de ensino em todo o país.

Tal alinhamento assegura que os mobiliários a serem adquiridos atendam a critérios técnicos já consolidados em nível nacional, amplamente utilizados por entes públicos, contribuindo para a eficiência administrativa, padronização dos ambientes escolares e maior segurança jurídica no processo de contratação, uma vez que se baseia em especificações previamente validadas por órgão federal competente.

A aquisição desses conjuntos também visa promover a padronização do mobiliário escolar, facilitando a manutenção, reposição e organização dos ambientes escolares, além de garantir melhores condições de ergonomia, segurança e acessibilidade aos alunos.

Dessa forma, a contratação pretendida mostra-se necessária para assegurar a adequada infraestrutura das unidades escolares, contribuindo diretamente para a





qualidade do ensino ofertado pela rede municipal, bem como para o atendimento das diretrizes educacionais vigentes.

5. Áreas Requisitantes

Área Requisitante	Responsável
Secretaria de Educação, Cultura e Esportes	Cleilde Fabiane

6. Descrição dos Requisitos

6.1. Da Contratação

A contratação deverá observar os seguintes requisitos mínimos, visando garantir a qualidade, durabilidade, segurança e adequação dos itens às necessidades da rede municipal de ensino:

- O fornecimento deverá contemplar **conjuntos escolares novos, sem uso, em perfeito estado de conservação e fabricação recente**;
- Os itens deverão atender às **especificações técnicas padronizadas**, tomando como referência os modelos **CJC-01**, amplamente utilizados no âmbito do FNDE;
- Os materiais utilizados deverão possuir **resistência mecânica compatível com o uso contínuo em ambiente escolar**, garantindo durabilidade e segurança;
- Todos os produtos deverão apresentar **acabamento atóxico**, sem arestas cortantes ou partes que ofereçam risco aos usuários;
- Deverá ser assegurada a **conformidade com normas técnicas vigentes**, especialmente certificações do INMETRO e, quando aplicável, normas da ABNT;
- O fornecedor deverá garantir **padronização dos itens**, possibilitando uniformidade nos ambientes escolares e facilitando reposições futuras;
- A empresa contratada deverá assegurar **garantia mínima de 12 (doze) meses** contra defeitos de fabricação;
- O fornecimento deverá incluir **transporte, entrega e, quando necessário, montagem dos itens**, sem ônus adicional para a Administração;
- Os prazos de entrega deverão ser compatíveis com a necessidade da Administração, a serem definidos no Termo de Referência;





- Deverá ser assegurada a **substituição dos produtos em caso de desconformidade**, no prazo a ser estipulado contratualmente;
- A contratação deverá observar critérios de **sustentabilidade**, quando aplicável, incluindo materiais que reduzam impactos ambientais e atendam às normas pertinentes.

6.2. Dos Itens

Os requisitos devem seguir o modelo do FNDE, visando assegurar a aquisição de mobiliário escolar de qualidade, em conformidade com padrões técnicos reconhecidos nacionalmente, garantindo segurança, ergonomia e durabilidade, além de promover a padronização dos ambientes escolares e a eficiência na gestão dos bens públicos.

7. Levantamento de Mercado

Será realizado posteriormente, na fase de Solicitação e no Termo de Referência.

8. Estimativa das Quantidades a Serem Contratadas

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1	Conjunto Coletivo tamanho 01, composto por 1 mesa e 4 cadeiras: Mesa para crianças de 1 a 4 anos com tampo em MDP ou MDF.	UN	10

9. Estimativa do Valor de Contratação

O levantamento de mercado foi realizado com base em contratações similares realizadas por outros entes públicos, especialmente prefeituras municipais, envolvendo a aquisição de mobiliário escolar nos padrões CJC-01, conforme especificações do FNDE.

Foram identificados valores praticados recentemente em licitações públicas, destacando-se:

Município de Orlândia/SP (2024):

CJC-01: aproximadamente R\$ 1.771,72/unidade

Município de Viseu/PA (2021 – Ata de Registro de Preços):

CJC-01: aproximadamente R\$ 1.390,00/unidade





Observa-se uma variação significativa de preços, em razão de fatores como:

- qualidade dos materiais (ABS, MDF, polipropileno, etc.)
- exigência de certificações (INMETRO/ABNT)
- logística e região do país
- quantitativos contratados (ganho de escala)

Diante disso, adota-se como referência média atualizada de mercado:

- CJC-01: R\$ 1.500,00 a R\$ 1.800,00/unidade

Considerando a necessidade estimada de:

10 unidades de CJC-01

Tem-se a seguinte estimativa inicial:

Item	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado
CJC-01	10	R\$ 1.650,00	R\$ 16.500,00
Total estimado	—	—	R\$ 16.500,00

Ressalta-se que os valores apresentados possuem caráter **meramente estimativo**, obtidos a partir de contratações similares e pesquisa de mercado preliminar, com a finalidade de subsidiar a análise de viabilidade da contratação.

O valor final da contratação será **devidamente apurado na fase de orçamentação**, por meio de pesquisa de preços formal, nos termos da legislação vigente, considerando cotações com fornecedores, bancos de preços públicos e demais fontes admitidas, garantindo a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

10. Justificativa Para Parcelamento ou Não da Solução

Nos termos do art. 40, §2º, da Lei nº 14.133/2021, a regra geral é o parcelamento do objeto, visando ampliar a competitividade e possibilitar a participação de um maior número de licitantes. Contudo, admite-se a não adoção do parcelamento quando houver justificativa técnica e econômica que demonstre sua inadequação.

No presente caso, opta-se pela não divisão do objeto em lotes distintos, sendo a contratação realizada em lote único contemplando o item CJC-01 (conjunto coletivo





infantil), em razão da necessidade de padronização do mobiliário escolar nas unidades da rede municipal de ensino.

A padronização dos itens é medida essencial para garantir:

- uniformidade estética e funcional dos ambientes escolares;
- compatibilidade entre os mobiliários utilizados nas diferentes unidades;
- facilitação da manutenção, reposição e gestão dos bens;
- melhor organização dos espaços pedagógicos;
- maior eficiência administrativa no controle patrimonial.

Além disso, os itens a serem adquiridos possuem natureza semelhante, pertencendo à mesma categoria de mobiliário escolar, sendo comumente fornecidos pelos mesmos fabricantes e fornecedores do mercado, não havendo restrição significativa à competitividade com a adoção de lote único.

A contratação em lote único também contribui para a otimização logística, evitando entregas fragmentadas, possíveis divergências de qualidade entre fornecedores distintos e dificuldades na gestão contratual.

Destaca-se ainda que os itens seguem padrões técnicos consolidados no âmbito do FNDE, o que reforça a necessidade de uniformidade e compatibilidade entre os mobiliários adquiridos.

Nesse sentido, o entendimento do Tribunal de Contas do Estado do Paraná é no sentido de que o parcelamento deve ser adotado como regra, desde que não comprometa a eficiência do objeto contratado, sendo admitida sua não adoção quando houver justificativa técnica devidamente fundamentada, especialmente em casos que envolvam padronização, ganho de escala, logística e gestão contratual.

Dessa forma, o não parcelamento do objeto mostra-se tecnicamente justificado e economicamente vantajoso, não comprometendo a competitividade do certame, ao mesmo tempo em que atende ao interesse público na padronização e eficiência da gestão dos bens escolares.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Para esta solução, não há contratações que guardam relação/afinidade/dependência com o objeto da compra/contratação pretendida, sejam elas já realizadas ou contratações futuras.





12. Alinhamento Entre a Contratação e o Planejamento

Não está previsto no Plano de Contratações Anual – PCA, pelo motivo de que ele ainda não foi implantado no município. Porém, a contratação se faz necessária conforme as justificativas do item 4 deste ETP.

13. Resultados Pretendidos

A contratação para aquisição dos conjuntos escolares CJC-01 (conjunto coletivo infantil) tem como objetivo alcançar resultados concretos na melhoria da infraestrutura da rede municipal de ensino, promovendo condições adequadas para o desenvolvimento das atividades pedagógicas.

Como principais resultados pretendidos, destacam-se:

- Melhoria das condições de ensino e aprendizagem, por meio da disponibilização de mobiliário adequado, ergonômico e seguro para alunos da educação infantil e ensino fundamental;
- Garantia de conforto e segurança aos estudantes, com a substituição de mobiliários desgastados ou inadequados, reduzindo riscos de acidentes e desconforto durante as atividades escolares;
- Padronização do mobiliário escolar, conforme referências técnicas do FNDE, promovendo uniformidade nos ambientes escolares e facilitando a gestão patrimonial;
- Aumento da durabilidade dos bens públicos, mediante aquisição de produtos com melhor qualidade e resistência, reduzindo custos com manutenção e reposições frequentes;
- Otimização da gestão administrativa, com maior controle dos bens adquiridos, facilidade de reposição e simplificação dos processos de manutenção;
- Adequação dos ambientes escolares às exigências pedagógicas e normativas, contribuindo para a qualidade da educação ofertada pelo Município;
- Eficiência na aplicação dos recursos públicos, garantindo aquisição de itens que atendam às necessidades reais da Administração com melhor relação custo-benefício.





De forma geral, a contratação busca assegurar a melhoria contínua da infraestrutura educacional do Município, refletindo diretamente na qualidade dos serviços prestados à população e no fortalecimento das políticas públicas de educação.

14. Providências a Serem Adotadas

Não há.

15. Possíveis Impactos Ambientais

A aquisição dos conjuntos escolares **CJC-01** pode gerar impactos ambientais ao longo de seu ciclo de vida, especialmente relacionados ao **consumo de recursos naturais**, como madeira, plástico e aço, utilizados na fabricação dos mobiliários, bem como à **geração de resíduos industriais** e **emissões atmosféricas** decorrentes dos processos produtivos e do transporte dos bens até o município.

Além disso, ao final da vida útil dos produtos, pode ocorrer a **geração de resíduos sólidos**, caso não haja destinação adequada, bem como possíveis impactos associados ao uso de **substâncias químicas em tintas e acabamentos**. Tais impactos são considerados de baixo a médio potencial, podendo ser mitigados mediante a adoção de critérios de sustentabilidade, como utilização de materiais certificados, produtos recicláveis e destinação ambientalmente adequada.

16. Fonte de Recurso

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes – 142, 103, 104

17. Viabilidade da Contratação

Este servidor declara **VIÁVEL** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.



Nome: Alan Luiz Griebeler
CPF: ***.307.059-**

Assinado com certificado digital avançado

Alan Luiz Griebeler
Responsável pelo ETP

